



RESOLUÇÃO N° 021 /2002

Dispõe sobre nulidade da autorização provisória em nome de Kessler Francisco Alves, cadastro n° 821-113 (Processo Administrativo n° 5032/2001)

O CONSELHO DE GESTÃO DA AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas competências legais e,

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro 1999, o qual estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados e fiscalizados, apresentados pelo Presidente da AGR, deverão ser deliberados pelo Conselho de Gestão;

Considerando que o relatório da Comissão Sindicante instituída pela Portaria n° 230, de 14 de maio de 2001, da Presidência da AGR, aponta ato fraudulento praticado no Termo de Anuência firmado entre Cornélio Francisco de Souza e Kessler Francisco Alves e , conforme certificado pelo 8º Tabelionato de Notas de Goiânia-GO, bem como o Parecer dos advogados designados pela Portaria n° 718, datada de 23 de outubro de 2001, concluindo pela nulidade da presente autorização provisória;

Considerando o disposto na Cláusula 3ª do Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajuste de Conduta firmado entre a AGR e o Ministério Público do Estado de Goiás, representado por seu Órgão de Execução em exercício junto ao Centro e Apoio Operacional de Defesa do Cidadão, que determina a nulidade ou cassação da autorização concedida de forma fraudulenta,

Considerando que a Diretoria Executiva da AGR declarou nula a referida autorização provisória, conforme Resolução n° 103, de 07/12/2001; e

Considerando, ainda, a inconsistência do recurso interposto pelo Requerente, demonstrando seu inconformismo com a decisão da Diretoria Executiva, conforme o parecer da Câmara Setorial de Transporte Coletivo da RMG,



**AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar nula a autorização nº 714, em nome de Kessler Francisco Alves Imperatriz, em função da prática de vício insanável na sua origem, pelas partes envolvidas, ou seja, falsificação no termo de anuência

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**CONSELHO DE GESTÃO DA AGÊNCIA
GOIANA DE REGULAÇÃO, CONROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS, EM GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de janeiro de 2002.**

GIUSEPPE VECCI
Presidente